

A PERSPECTIVA AMBIENTAL SUSTENTADA POR SABERES GEOGRÁFICOS

*Jussara Maria de Carvalho Guimarães**

Resumo: Propomo-nos, neste artigo, a apresentar algumas perspectivas sobre a questão ambiental, instaladas na disciplina Geografia, e suas contribuições para os desafios dos novos tempos. Sabemos que o debate sobre as questões ambientais, nas tendências atuais, têm motivado análises e discussões sobre o futuro do planeta, ameaçado pela produção e reprodução em que a natureza tornou-se mercadoria. Nesses debates, todas as ciências estão presentes e, particularmente, a Geografia, por ser aquela que mantém um estreito vínculo com o meio ambiente e uma das mais importantes dimensões da problemática ambiental – o espaço. Este artigo descreve, ainda, a crise ambiental surgida a partir do século XIX, passando pelo pensamento cartesiano e aproximando-se de um pensar sistêmico. Retrata, também, a função da Geografia frente às questões propostas, apresentando as perspectivas ambientais, incluindo a Geografia Médica ou da Saúde. Apresenta, ainda, a importância da percepção do ambiente pela Geografia.

Palavras-chave: Geografia; saberes geográficos; meio ambiente; percepção.

Introdução

O século XX é um século marcado de estranhos contrastes. Aprendemos muito sobre o universo; ainda assim, perdemos nossa intimidade com ele. As habilidades que inventamos para nossas grandiosas aventuras espaciais são as mesmas que nos permitem roubar do ar, do solo e das águas seu poder de gerar a vida. À medida que nossa transformação artificial da natureza avança, nossa presença junto a ela diminui. (Thomas Berry)

Ao resgatar o pensamento de Thomas Berry, fizemo-lo por acreditar que este ilustraria o nosso pensamento em relação à sociedade atual, onde a imaginação, as sensações, emoções antes existentes, certamente envoltos por mistérios e encantamentos por uma natureza “infinita”, foram, com o tempo, sendo desgastados, em decorrência da evolução da humanidade, em que o tempo, o espaço e as incertezas se tornaram condutores da vida moderna.

* Pedagoga, Mestre em Geografia – Educação Ambiental. Doutoranda em Geografia – Educação Ambiental, pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e da Faculdades Pitágoras de Montes Claros (MG).

Amparado pelo princípio *baconiano* de “*conhecer a natureza para dominá-la*”, o homem foi estimulado pela ciência e pela tecnologia a buscar novos conhecimentos, satisfazer seus interesses produtivos e extrair da natureza desenfreadamente os suprimentos para a sua sobrevivência, expondo-a a um processo de dominação total, contribuindo para que a sua degradação se tornasse uma preocupação planetária.

Com isso, percebe-se um envolvimento da sociedade, que passou a ser estimulado por diversos setores, organizações, acompanhado de discussões sobre o papel dos diferentes atores na reformulação de práticas e políticas direcionadas para a resolução dos problemas ambientais.

Na atual fase capitalista, o sistema produtivo tem gerado graves problemas, em decorrência da agilidade, diversificação e concorrências dos produtos no mercado. Essas práticas econômicas, a circulação dos produtos, o incremento técnico, nos permite-nos observar toda uma “*transfiguração*” (termo utilizado por Maffesoh –1995 – para designar a passagem de uma figura para outra, próxima de *possessão*) da natureza, modificando o espaço que “*tornou-se uma preocupação cada vez maior no que diz respeito à sua sobrevivência*” (CUNHA e GUERRA, 2003:24), cujos riscos provocados para a humanidade poderão ser irreversíveis ou de difícil recuperação.

A questão política insere-se em um contexto maior, na necessidade de pensar o mundo que, para Capra, representa o “*o ponto de mutação entre o racionalismo mecanicista e a nova tendência intuitiva da base ecológica*”. Esclarece-nos, ainda, que:

Para descrever esse mundo apropriadamente, necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece. Precisamos, pois, de um novo paradigma – uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores. Os primórdios dessa mudança, da transferência da concepção mecanicista para a holística da realidade, já são visíveis em todos os campos e suscetíveis de dominar a década atual (CAPRA, 1998, apud MENDONÇA e KOZEL, 2003:145-160).

Acreditamos que, para descrevermos a perspectiva ambiental amparada por saberes geográficos, faz-se necessário referirmo-nos a uma abordagem específica acerca do surgimento da geografia, embora não aprofundada, definiremos elementos fundamentais para essa compreensão. Em seguida, abordaremos a percepção geográfica do ambiente em que serão delineados aspectos relevantes, condutas geográficas, levando em conta os olhares perceptivos dos geógrafos e de outros profissionais em seus múltiplos espaços.

A Geografia e sua integralidade espacial e temporal

De acordo com o exposto, torna-se necessária a compreensão do mundo em sua integralidade, em sua conexidade, em suas redes e contexto.

É um pensar sistêmico, de acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. A natureza do todo é sempre diferente do que a mera soma das partes (CAPRA, 1996:41).

Essa nova maneira de pensar está ainda imbricada nas relações entre os homens, nas formas de cooperação e estabelecimento de parcerias não somente na organização política espacial e de vida, mas na unificação de saberes advindos de diferentes ciências. O mundo e o pensar sistêmico não comportam mais a fragmentação do conhecimento, proclamando por ações inter, multi, trans, e, quem sabe, cosmodisciplinares.

Cabe aqui registrar que, entre os diversos saberes científicos, a Geografia, desde a sua origem, sempre esteve no fulcro das questões ambientais, pois o meio natural, as relações entre sociedade e meio ambiente, homem e natureza, fazem-se presentes, seja na Geografia física, humana, crítica, cultural, socioambiental e mesmo relacionada à saúde.

Mendonça e Kozel (2003:169) salientam que, com suas raízes em autores da Antiguidade Clássica, a Geografia como GEO = TERRA e GRAFIA = DESCRIÇÃO, com Heródoto e Estrabão, já apontava para estudos mostrando os traços naturais e sociais das terras que percorriam, ou seja, os traços naturais, como o ambiental, que abrigava diferentes modos de vida do homem.

Desde a Antiguidade Clássica, o pensamento Geográfico apresenta-se como preocupação dos filósofos e teóricos, principalmente com relação ao pensamento grego, cujas idéias principais são apresentadas através de:

- Tales e Anaximandro – meditação de espaço e discussão da forma da Terra;
- Heródoto – preocupava-se com a descrição de lugares, numa perspectiva regional;
- Hipócrates – relação entre homem e meio;
- Aristóteles – concepção de lugar, na sua Física.

O pensamento geográfico, assim apresentado de forma bastante dispersa, vai prosseguir inalterado até o final do séc. XVIII. Já no século XIX, ocorre a sistematização do pensamento geográfico, com o avanço e domínio das relações capitalistas da produção, que permitiu:

- o conhecimento efetivo da extensão real do planeta;
- existência de um repositório de informações sobre variados lugares da Terra;
- o aparecimento de uma Geografia unitária; residia no aprimoramento das técnicas cartográficas – necessidade posta pela expansão do comércio.

Na Geografia Clássica, o meio natural era visto como mecânico, e predominava o pensamento determinista, sendo a natureza colocada como condição ou obstáculo para o desenvolvimento de uma determinada sociedade (CUNHA e GUERRA, 2003:27). Nessa perspectiva, o homem era entendido como externo ao meio, externo à natureza.

A questão ambiental pode ainda ser registrada nas idéias de Elisée Reclus, produzidas há cerca de cem anos, e que “*mesmo tendo sofrido um hiato de mais de meio século na sua difusão e aplicação, foram retomadas e aprimoradas no momento contemporâneo*”. (MENDONÇA e KOZEL, 2003:116)

A Geografia, ao trabalhar com conceito de natureza, propõe a compreensão da relação homem x meio, em um espaço geográfico compreendido de diversas maneiras. Mendonça e Kozel (Idem) citam as formas mais clássicas de conceber esta relação:

O determinismo geográfico (onde a natureza é a causa); o possibilismo geográfico (onde o mundo humano constrói possibilidades técnicas de utilização da natureza); a interação dialética (onde o ambiental é resultado da relação contraditória entre natureza e sociedade mediada pelo trabalho); a compreensão fenomenológica/hermenêutica (onde não há separação entre ser e ambiente).

No início do séc. XIX, os pressupostos históricos da sistematização da Geografia já estavam suficientemente tecidos, pois:

- a terra já estava toda conhecida;
- a Europa articulava um espaço de relações econômicas mundializado, o desenvolvimento do comércio punha em contato os lugares mais distantes;
- o colonizador europeu detinha informações dos pontos mais variados de superfície terrestre;
- as representações do globo estavam desenvolvidas e defendidas pelo uso cada vez maior dos mapas, que se multiplicavam;
- a fé na razão humana, posta pela Filosofia, abria a possibilidade de uma explicação racional para qualquer fenômeno da realidade;
- as bases da ciência moderna já estavam assentadas;
- as ciências naturais haviam constituído um cabedal de conceitos e teorias, do qual a Geografia lançaria mão para formular seu método.

Na verdade, a sistematização da Geografia foi gerada por desdobramentos das transformações sociais e pela emergência do modo de produção capitalista. Foi, então, a via particular do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha. Todo o eixo principal da elaboração da Geografia do séc. XIX estava sediado naquele país.

É da Alemanha que aparecem os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas à disciplina; surgem as primeiras teorias, propostas metodológicas e correntes desse pensamento. As primeiras colocações no sentido de uma Geografia sistematizada, vão ser obra de dois autores prussianos, considerados os pais da Geografia: Alexandre Von Humboldt (Conselheiro do rei da Prússia) e Karl Ritter (tutor de uma família de banqueiros). Humboldt entendia a Geografia como parte terrestre da ciência do cosmos, isto é, como uma espécie de síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. Tal concepção transpareceu em sua definição do objeto geográfico, que seria “*a contemplação da universidade das coisas, de tudo que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra*”. (MORAES, 1999:47)

A Geografia de Ritter é, principalmente, um estudo dos lugares, uma busca da individualidade destes. A sua proposta é antropocêntrica, regional, valorizando a relação homem-natureza, arraigada na perspectiva religiosa desse autor.

A geração que se segue à de Humboldt e Ritter vai se destacar pelo avanço empreendido na sistematização de estudos especializados do que de Geografia Geral:

- W. Penk - Geomorfologia
- Hann e Kopper – Climatologia

Com as formulações de Friedrich Ratzel (alemão e prussiano), há um revigoramento do processo de sistematização da Geografia com a publicação de suas obras no último quartel do séc. XIX. Em uma de suas publicações “Antropogeografia fundamentos da aplicação da Geografia à História” (1882), Ratzel definiu o objeto geográfico como “*o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade*”. Privilegiou o elemento humano e abriu várias frentes de estudo, valorizando questões referentes à História e ao espaço como a formação dos territórios, a difusão dos homens no globo, a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre; estudos monográficos das áreas habitadas, etc.

Os estudos de Ratzel podem ser considerados de extrema importância para o pensamento geográfico, pois foi ele quem trouxe para o debate geográfico os temas políticos e econômicos, posicionando o homem no centro das análises, mesmo que ainda numa visão naturalizante.

A outra grande escola da Geografia, que se opõe às colocações de Ratzel, vai ser eminentemente francesa e tem como seu principal representante Paul Vidal de La Blache. Na segunda metade do séc. XIX, a França e a Alemanha, no caso ainda, a Prússia, disputam a hegemonia no controle continental da Europa. Havia, entre estes dois países, um choque de interesses nacionais, uma disputa entre imperialismos. Tal situação culminou com a guerra franco-prussiana (1870) na qual a Prússia sai vencedora. A França perde território de Alsácia e Lorena, vitais para sua industrialização, pois neles se localizavam suas principais reservas de carvão. Foi nesse contex-

to que a Geografia se desenvolveu com o apoio deliberado do Estado francês. Esta disciplina foi colocada em todas as séries do ensino básico na reforma pela Terceira República.

La Blache fundou, então, a escola francesa de Geografia e deslocou o eixo de discussão geográfica para a França, até então sediado na Alemanha. Vidal criticou a minimização do elemento humano, que aparecia como passivo nas teorias de Ratzel. Valorizou a História, valendo-se de sua formação acadêmica de historiador. Apesar de aumentar a carga humana do estudo geográfico, esse autor não rompeu totalmente com uma visão naturalista, pois diz explicitamente “(...) a Geografia é uma ciência dos lugares, não dos homens” (CLAVAL, 1999:331). Esse modelo descrevia a população de forma quantitativa – a distribuição do homem no espaço.

La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Ele fala de população, de agrupamento, nunca de sociedade; fala de estabelecimentos humanos, não de relações sociais; fala de técnicas e instrumentos de trabalho, não de processo de produção. Enfim, discute a relação homem-natureza, não abandonando as relações entre os homens, por isso a carga naturalista é mantida, apesar do apelo à História, contido em sua proposta.

Antes de darmos seqüência ao pensamento de La Blache, convém fazermos um recorte com a finalidade de situar a geografia e seu objeto para o ensino.

Ampliado durante a Primeira Revolução Industrial, o ensino da Geografia surge com o objetivo de desenvolver nas pessoas o patriotismo, como forma de enaltecer o nacionalismo, exigência criada com a consolidação dos Estados-Nação, para implantar um novo sistema de valores adequados à sociedade industrial. Nessa época, ressaltava-se a importância de alfabetizar as massas, no sentido de aprenderem a ler, escrever e aprenderem a língua pátria.

Já na Segunda Revolução Industrial, o sistema de ensino priorizava, além do prosseguimento da alfabetização das massas, uma extensão do ensino em nível médio, para atender às exigências da sociedade industrial.

Em meio às novas exigências ditadas pela Segunda Revolução Industrial, o ensino da Geografia chegou a quase não sobreviver e, em alguns países, foi abolido dos currículos escolares, fragmentando e até mesmo incluindo a História e Sociologia (Estudos Sociais), ou foi reduzida a carga horária, dando espaço a outras ciências.

Com a terceira Revolução Industrial, modifica um pouco essa situação. A Geografia volta às escolas, com carga horária maior, principalmente nos Estados Unidos. Essa mudança pôde ser observada por dois motivos principais, conforme assinala Vesentini (1989:218):

O primeiro é que há uma revalorização das humanidades em geral – Filosofia, Sociologia, História e Geografia – na escola da revolução técnico-científica. Já não basta mais somente os cursos ou disciplinas técnicas... e sim aulas teóricas e práticas que ensinem a pensar, a desenvolver o senso crítico e o raciocínio dos estudantes.

O segundo motivo instala-se no caso específico da Geografia, pois, com o processo da globalização, a crescente interdependência entre todos os povos e economia obriga as pessoas, integradas nesse processo, a conhecerem bem mais o mundo, os mercados externos, as diversas regiões do globo.

Nas esferas do Ensino Tradicional, o ensino da Geografia era baseado em estudos empíricos, articulados de forma fragmentada. Apesar de valorizar o papel do homem como agente histórico, propunha-se, na análise da produção do espaço geográfico, estudar a relação homem-natureza, sem priorizar as relações sociais e culturais existentes.

O ensino era pautado em estudos descritivos de paisagens naturais, de forma dissociada do espaço vivido pela sociedade e das relações contraditórias de produção e organização dos espaços.

Esse modelo de Geografia Tradicional, idealizado a partir do modelo criado por Vidal de La Blache, na França (inspirado no modelo alemão), é chamado de “Monografia Regional” e tem a característica de ser compartimentado: quadro natural, população e aspectos econômicos. La Blache compartimentalizava essa Geografia, propondo uma abordagem descritiva e explicativa dos fatos.

Durante algum tempo, as escolas trabalham com essa concepção, definindo para os alunos um acúmulo de informações sobre os lugares, valorizando um saber descritivo e superficial, escamoteando os conflitos, as contradições, os problemas existentes nesses espaços e supostamente não conhecidos pelos alunos. Nessa geografia, a natureza é descrita parceladamente através do relevo, clima, vegetação, hidrografia, na tentativa de compor o todo – o quadro natural.

Somente a partir do século XX é que La Blache começa a pensar de forma diferente. Quando trabalha a economia, ele não se refere à indústria; a população não é mais vista como da forma anterior. Ele passa a fazer uma analogia com o espaço urbano. Iniciam-se, então, novas concepções para o ensino da Geografia, que só foram conhecidas após a morte de La Blache, quando descobriram o livro de sua autoria, intitulado “La France de l’Est” (Lorraine & Absace, 1917). Essa publicação causou espanto nos geógrafos, por conter, em seu teor, idéias totalmente diferenciadas das iniciais proclamadas por La Blache. Em decorrência, o livro ficou por algum tempo escondido.

Nos anos 1950, ocorre, então, a primeira modificação nesse modelo de monografia regional, quando Pierre George filia-se ao partido comunista francês e começa a criticar o positivismo (concepção que serviu de base para que a Geografia se fixasse como ciência – século XIX). Ele começa a repensar sobre as questões sociais, e como as cidades são locais com muitos conflitos sociais.

Em meio às inúmeras discussões, surge a Nova Geografia, que não escapa às transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após a II Guerra Mundial. A Nova Geografia não seria apenas diferente, mas também instalava-se em oposição à Geografia Tradicional, buscando comunicar-se através de uma linguagem acessível.

A sua tendência quantitativa, fria e pragmática, teve como contrapeso uma vocação mais especulativa e mais social. Manifestou-se através da quantificação, buscando, na linguagem matemática, um cientificismo que antes já havia tentado buscar em outras ciências.

O grande equívoco da Geografia Quantitativa foi o de considerar um domínio teórico que era apenas um método e, além do mais, um método discutível. Esta desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais, ou seja, trabalha-se com os resultados e não com os processos.

A Nova Geografia representa uma involução. Baseada na economia neoclássica, terminou por suprir o homem, despersonalizando o *homo sapiens* em *homo economicus*. Exclui também os movimentos sociais, eliminando, dessa forma, as preocupações com o espaço das sociedades em movimento permanente. “A Geografia tornou-se viúva do espaço”, segundo Santos (1986:81), pois acabou dando as costas ao seu objeto, despersonalizando o espaço e desumanizando-o.

Com o avanço tecnológico e científico, profundas mudanças foram impostas no sistema produtivo e de circulação de capital, implementando uma nova dinâmica na sociedade. A ciência torna-se parte das forças produtivas e assume um caráter mais pragmático, agilizando a circulação e o consumo através do aperfeiçoamento dos transportes e dos meios de comunicações.

Em meio a tantas mudanças, nos anos 1970, o modelo da Geografia tradicional é bastante questionado, pois o conhecimento produzido nesse modelo não mais atende às necessidades da dinâmica social. As novas exigências levaram a Geografia a uma renovação dos seus instrumentos e metodologias. O resultado desse processo é assim discutido por Vlach (1991:179):

Há emergência de propostas para a construção de uma outra Geografia. Uma Geografia que deveria constituir-se a partir de uma posição política clara por parte dos geógrafos, a começar pelos professores, e que deveria trabalhar as relações indelévels entre o político e o epistemológico diante da

realidade posta pelo contexto político definido pelo referido Estado-cientista na sociedade contemporânea (...) além da necessidade de considerar as especificidades da sociedade brasileira perante as notáveis transformações do capitalismo moderno.

Essas considerações constituem um marco, uma série de contestações à Geografia tradicional, surgindo, assim, a “Geografia Crítica”, com embasamento teórico permanentemente crítico, apesar de ter chegado ao Brasil em um contexto sócio-político autoritário, militarista e verticalizado – movimento também decisivo de transição para a democracia.

Nessa época, ainda prevalecia, nas escolas, os Estudos Sociais. Havia uma luta para separar a História da Geografia, o que causou uma insatisfação geral entre os defensores das duas concepções. Vários encontros, debates, manifestações foram realizados com o objetivo de ampliar as discussões sobre a implantação da Geografia Crítica.

O movimento de renovação “crítica” do saber geográfico estava também preocupado com a definição do objeto, da reflexão teórico-metodológica da ciência geográfica, pois buscava-se, nessa nova concepção, vincular o saber científico à prática social, através do entendimento da dimensão da totalidade presente nas relações socioespaciais. Sobre esse enfoque, Lacoste (1989:69) afirma:

[...] é importante demonstrar, em qualquer ocasião, quais são os anseios políticos e ideológicos dos raciocínios e representações geográficas, demonstrar que eles podem ser diferentes ou contraditórios quanto o são os raciocínios históricos e/ou das ciências sociais. Importa destruir as idéias da Geografia como conhecimento estratégico, enquanto discurso ideológico. Importa que cada cidadão esteja apto a pensar o espaço em termos políticos [...]

Surge também uma outra concepção de Geografia – A Geografia da percepção e do comportamento, inspirada pelas contribuições da psicologia, mais precisamente da Psicologia Social. Essa abordagem vem da convicção de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, de avaliá-lo.

A reconstrução de novas práticas, em que o homem realmente esteja “apto a pensar o espaço em termos políticos”, requer pensar esse homem como um ser que existe e é qualificado socialmente nesses espaços, como aluno, trabalhador, desempregado, sem-terra, operário, assalariado, agricultor, inválido, funcionário público ou privado, etc. E que é também um homem que habita um lugar, que traduz uma cultura, que tem conflitos, que se relaciona com instituições públicas e jurídicas de uma sociedade.

Assim sendo, a sociedade torna-se o campo de estudo da Geografia. A reconstrução de práticas pedagógicas e a seleção e organização dos conteúdos escolares, também apresentam modificações, para atenderem à nova modalidade de produção de conhecimento.

O entendimento e expansão dessa nova modalidade do ensino da Geografia ainda não foi, de fato, consolidada, embora já estejamos vivenciando uma nova revolução, não mais a industrial, mas a “informacional”, a era das “ciências cognitivas”, conforme descreve Castells (1988:48), devido às influências do modelo antigo, do uso do livro didático e prática docente vigentes em nossas escolas, do ensino fundamental ao ensino superior.

Entendidas as sucessivas mudanças e debates em torno do ensino da Geografia, bem como do seu objeto e método, novos estímulos começaram a despontar rumo a novas produções de modelos didáticos, por acreditar que a Geografia é muito importante para a vida em sociedade, em geral, e para o desempenho das funções de cidadania, em particular. A escola deverá, pois, aparelhar os seus docentes e discentes de conhecimentos sociais, culturais, históricos, ecológicos, do ambiente e do espaço em que vivem, bem como de outros lugares, para:

Que possam comparar, explicar, compreender e espacializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabelecem com a natureza na construção do seu espaço geográfico. (BRASIL, 1998:19)

Caberia, então, aos educadores geógrafos situarem a sua disciplina neste “*mundo novo, complexo, incerto, frágil, que a Geografia deve fazer com que jovens cidadãos do mundo – os habitantes das novas aldeias descubram, em nome de um planeta solidário*” (MORIN, 2003:144).

Mas não é somente na educação institucionalizada que a Geografia faz-se presente. No campo da medicina, a denominada Geografia Médica ou da Saúde tem ressaltado a importância do meio ambiente, abrindo-se, ainda mais, para a pesquisa em um campo socioeconômico, cultural e da saúde.

De acordo com Carvalho (1997:7), os estudos da Geografia Médica estão ligados, sobretudo, à distribuição espacial das doenças, mas “*têm evoluído para uma abordagem ambiental, demonstrando que há uma interação entre o meio ambiente, o estado de saúde e o bem-estar do homem*”.

Acrescenta, ainda, que:

No início do século XX surge a importante contribuição de Max Sorre, propondo o conceito de complexo patogênico, o que pode ser considerada uma das primeiras análises da questão ambiental numa visão moderna, relacionada com sua influência na saúde dos homens.

Paraguassu (2001:34) relata que “*tem numerosas referências ocidentais ao nascimento da Geografia Médica ou da Saúde, cita-se como precursor a Hipócrates e sua obra ‘Dos ares, as águas e os lugares’*”. Em sua obra, Hipócrates assegura um papel fundamental da Geografia Médica, que consta de dois tratados: da influência do ambiente sobre as doenças locais (Cap.1-11) e da influência do ambiente sobre as plantas, os animais, assim também sobre o caráter moral do homem, com aplicação aos caracteres diferenciados, naturais e etnográficos entre Europa e Ásia (Cap.12-24).

Muitos outros teóricos contribuíram para o desenvolvimento das idéias geográficas, considerando meio ambiente e saúde, utilizando a Geografia de diversas maneiras, como distribuição espacial das doenças; cartografia das doenças; a ecologia das doenças (usando conceitos de análise sistêmica para entender as causas das doenças em diferentes contextos ambientais); a aplicação de conceitos geográficos, etc. Contudo, o ramo da Geografia Médica tem sido pouco estudado por geógrafos no Brasil, sendo explorado mais por sanitaristas e epidemiologistas. Entre outros, podemos citar Sigaud (primeiro geógrafo-médico brasileiro); Josué de Castro (geógrafo e médico) e Samuel Pessoa (médico).

A percepção geográfica do ambiente

Com o passar do tempo, a Geografia adquire novas formas de pensar as relações sociais, passando a perceber o ambiente como homem/sociedade e todas as ações e objetos que os envolvem, numa integração que se torna conflitiva e contraditória, promovendo múltiplas visões sobre a questão ambiental, impulsionando a Geografia a reavaliar-se, fazer sua própria crítica e rever concepções.

Esse repensar desencadeou análises sobre a modernidade, responsável por um processo desenfreado e progressivo de separação do homem da natureza, em que esta vem sendo utilizada como recurso inesgotável para suprir as necessidades humanas, tendo como aliado o desenvolvimento tecnológico e científico, capaz de transformar rapidamente as condições de produção, o mundo do trabalho e artificializar a natureza de forma e velocidade assustadora.

Certamente, esse pensamento qualifica e impõe diálogos com saberes distintos para a implantação de novas propostas, em que a Geografia far-se-á ainda mais presente como contribuinte e aliada a outras ciências e concepções, promovendo reflexões e criando possibilidades para a busca de soluções para a problemática ambiental, destacando a idéia sistêmica e conjuntiva. Só assim o meio ambiente será pensado como ambiente inteiro, rompendo, dessa forma com alguns postulados clássicos.

Somos partidários de uma posição otimista tal qual destaca Santos (2000:174):

Agora que estamos descobrindo o sentido da nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição de construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação; a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana.

O pensamento de Santos revela o que realmente estamos procurando no momento atual – a compreensão humana. Enfrentar a dificuldade da compreensão humana “*exigiria o recurso não a ensinamentos separados, mas a uma pedagogia conjunta (...) que seria conjugada a uma iniciação à lucidez*” (MORIN, 2003:51). O aprendizado da lucidez, de acordo com Morin, deverá partir da escola primária e alcançar o ensino superior. Este deverá tratar dos limites da lógica e das necessidades de uma racionalidade não somente crítica, mas também autocrítica.

A percepção geográfica passa a ser reformulada, não sendo somente considerada a percepção visual do espaço, e sim como os homens percebem esse espaço, colocando em relevância a cognição como uma interseção entre o homem e o meio ambiente. Certamente que essas percepções geográficas vão delineando-se, em decorrência dos contatos contínuos e prolongados que o homem delibera ao construir seus espaços.

Oliveira (1978) apud Mendonça e Kozel (2002:48) sugere:

(...) nos estudos de percepção sob o ponto de vista geográfico, as pesquisas devem orientar-se atendendo-se às teorias de Piaget, e afirma serem as únicas que explicam a percepção dentro de um contexto em que os aspectos perceptivos estão ligados aos cognitivos, para a construção do espaço.

Ferreira (1997:41) reflete sobre a questão de que “*cada um percebe o seu mundo e que existem tantos mundos percebidos quanto o número de percebedores*”. Isso se deve ao fato de que existem profundas diferenças individuais na percepção. Tuan (1980:6) afirma também que “*duas pessoas não vêem a mesma realidade, nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente*”.

É importante assinalar que diferentes paisagens regionais devem ser trabalhadas, de modo que os alunos percebam e construam noções mais amplas das determinações político-administrativas que caracterizam o território brasileiro. No entanto, não podemos deixar de destacar que estas percepções não estarão, em nenhum momento, desvinculadas de um grupo social e de uma cultura pertencente a esse grupo, e que há uma nova percepção da Geografia com essa cultura, denominada Geografia Cultural.

A Geografia Cultural foi criada a partir do início do século XX, em decorrência da diversidade dos gêneros de vida. Para Claval (1999:55), esta Geografia

[...] se manifesta, então, quase em toda parte da mesma maneira: os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam.

Esses significados ficam ainda mais latentes quando a modernização do capital imprime gêneros de vida mais coletivos. Os rituais passam a ser transmitidos pelos grupos sociais e pela escola principalmente, pois ela faz uma “*habituação na criança*”, refletindo uma cultura social dominante.

O contexto atual determina que os profissionais, dentre esses os professores, não negligenciem as dimensões culturais dos fatos que observam na vida cotidiana dos seus alunos, pois estão carregados de simbolismos, subjetividades e de representações culturais do espaço em que vivem. Deverão esses professores ampliar os olhares e aprender os recortes que evocam uma leitura de mundo mais estruturada e que tenham sentido para a vida dos alunos.

Nessa leitura de mundo está incluída a abordagem geográfica aprofundando a temática ambiental, na medida em que há a compreensão de que essa temática transita naturalmente no espaço geográfico.

Inseparável da problemática social, a problemática ambiental vem, a cada dia, sendo englobada ao sistema integral, pois vivenciamos a universalização dos problemas ambientais que afligem a humanidade, implicando o estabelecimento de práticas que sejam realmente aplicáveis, pois teorias, legislações, propostas, muitas existem, o que nos remete a uma crença de que serão realmente eficazes as ações que se instalam no âmbito do próprio tecido social, na formação ética do cidadão, decisões políticas, na solidariedade e participação.

O largo espectro de problemas que permeiam toda a discussão acerca da crise ambiental vivenciada atualmente pela humanidade se concentra na valorização do espaço geográfico, bem como na visão integradora da ciência geográfica como forma de entendimento das problemáticas ambientais emergentes de estruturas espaciais a ela subjacentes.

Ao aproximar a noção de meio ambiente do próprio conceito de espaço geográfico,

estar-se-á não apenas superando as dicotomias, freqüentemente postas em análises ambientais, entre ecologia/economia, sociedade/natureza, meio físico-biótico/organização socioeconômica, como também atrelando à questão ambiental o dinamismo próprio ao contínuo movimento de criação/(re)criação de espaços (MESQUISA e SILVA, 1993, in: AJARA:11)

Na análise ambiental, concentra-se, ainda, a Geografia Humana, através da qual são analisadas as relações homem/natureza, os processos de transformação da paisagem natural em paisagem artificial. Essa natureza transformada tem recebido definições e análises diversas de positivistas (meio ambiente artificial), marxistas (segunda natureza) e humanistas (versão humanizada da natureza).

A preocupação da geografia humanística em ofertar ao homem uma “morada” de qualidade, é uma preocupação também com as lutas sociais que são travadas por grupos sociais que buscam a manutenção e preservação do meio ambiente. Nessa vertente, espaço e lugar são distintos:

O espaço é amplo, desconhecido, temido e rejeitado. O lugar, recortado afetivamente, onde as pessoas se sentem seguras, à vontade, emerge nas experiências cotidianas, nos locais de moradia, trabalho, compras, lazer e encontros. (MESQUITA e SILVA, 1993, in: MELLO: 32)

Para o pensamento geográfico humanístico, característico da década de 1970, “*cada ser humano é um geógrafo informal, pois é o homem que cria, atua e vive no espaço*” (Idem).

Já na concepção naturalista da Geografia, não havia inicialmente uma preocupação com o espaço, no sentido geométrico da palavra, pois esse campo pertencia aos cartógrafos e engenheiros geógrafos. Preocupavam-se com a natureza e diversidade da superfície da Terra.

A concepção funcionalista da Geografia modifica o enfoque até então estudado pelos geógrafos. Preocupam-se agora com a ocupação dos grupos humanos na superfície terrestre e suas relações de produção nesse espaço, sendo a “distância” considerada a principal variável (circulação de pessoas, transporte, produção, comunicação). Há aqui indícios visíveis da exploração do meio ambiente em busca das novas abordagens requeridas pela sociedade.

O espaço geográfico organiza-se em redes de relações sociais e econômicas, em que as cidades passam a representar zonas de acessibilidade facilitando todas as formas de interação.

Mendonça e Kozel (2002:112) acreditam:

Não ser redundante falar de geografia ambiental, ou seja, nem toda a análise geográfica ressalta, ou tem como objetivo enfatizar a transfiguração da natureza pela prática social, portanto, não objetiva explicitar questões ambientais. Assim, a Geografia poderia ser denominada de ambiental como poderia também ser denominada de territorial, ou regional ou das paisagens, como inclusive, no passado, já foi denominada.

No pensamento geográfico moderno, a abordagem ambiental, segundo MENDONÇA e KOZEL (2002:128), pode ser concebida a partir de dois grandes momentos:

1º. O ambiente configurava-se em sinônimo de natureza (ambientalismo = naturalismo), prevaleceu desde a estruturação científica da Geografia até meados do século XX, sendo porém possível ainda observá-lo como uma postura filosófica perante o mundo por parte de muitos cientistas e intelectuais, inclusive de geógrafos. A este primeiro período também poderia ser associado o tecnicismo.

2º. Observa-se o salto dado por alguns geógrafos, ao romperem com a característica majoritariamente descritiva-analítica do ambiente natural – que é ainda muito presente –, passando a abordá-lo na perspectiva da interação sociedade-natureza e propondo, de forma detalhada e consciente, intervenções no sentido da recuperação da degradação e da melhoria da qualidade de vida do homem.

Essas duas abordagens vêm registrar que a busca de soluções para os problemas ambientais devem transpor as ideologias presentes em toda e qualquer sociedade, embora percebamos ser ainda incipientes, haja vista ser a questão ambiental discutida com maior intensidade a partir dos anos 1980/1990, nos quais o enfoque das discussões estava pautado pela ecologia, traduzindo uma visão naturalista.

Embora a Geografia se imponha como ciência que desempenha um papel fundamental na construção de saberes geográficos, sua contribuição será ainda mais eficaz se relacionada a outras áreas do conhecimento constituindo a interdisciplinaridade, pois é *“necessário ter cautela e discernimento, pois nem tudo que é geográfico é ambiental”* (MENDONÇA e KOZEL, 2002:134).

Os mesmos autores salientam que é preciso também insistir que toda a produção emanada da Geografia pode ser muito útil para a abordagem de estudos ambientais; afinal, uma das mais importantes dimensões da problemática ambiental é a sua manifestação espacial.

Conclusão

Das considerações precedentes, torna-se claro que é necessário a adoção de posturas e atitudes relevantes e conscientes frente aos problemas ambientais e que, sem dúvida a Geografia poderá contribuir e estar sempre aberta para assimilar novos conceitos e posturas adotadas a partir dos desafios postos pelas temáticas ambientais, em parceria com outras áreas do conhecimento.

As novas reflexões e conquistas da ciência geográfica, aliadas à percepção, certamente instalam-se a partir da década de 1980, após o conhecimento das obras de Tuan, principalmente *“Topofilia e Espaço e Lugar”*, em que o autor estabelece um elo dos sentimentos da pessoa com o lugar. Essa visão holística, influenciou geógrafos

brasileiros a adotarem posturas não mais dicotômicas da sociedade/homem/natureza/espço.

Mas não basta só a percepção do geógrafo sobre as questões ambientais. É preciso que essa esteja atrelada à cognição, ao conhecimento, à construção dos novos sentidos para o contexto planetário, transformando esse conhecimento em sapiência.

A perspectiva ambiental sustentada por saberes geográficos estarão, pois, alicerçadas nas palavras de Morin (2003:74), quando diz:

Somos verdadeiramente cidadãos, dissemos, quando nos sentimos solidários e responsáveis. Solidariedade e responsabilidade não podem advir de exortações piegas nem de discursos cívicos, mas de um profundo sentimento de filiação (affiliare, de filius, filho), sentimento matripatriótico que deveria ser cultivado de modo concêntrico sobre o país, o continente, o planeta.

Temos a convicção de que, se realmente considerarmos a solidariedade e responsabilidade como valores que deverão ser cultivados principalmente com as nossas crianças, progresso teremos viabilizado.

Abstract: we propose in this article to present some perspectives on the environmental subject, installed in the discipline Geography and your contributions for the challenges of the new times. We know that the debate on the environmental subjects in the current tendencies, they have been motivating analyses and discussions on the future of the planet, threatened by the production and reproduction in that the nature was taken merchandise. In these debates, all the sciences are present and particularly the Geography for being that that you/they maintain a strait entail with the environment and one of the most important dimensions of the environmental problem - the space. This article still describes, the environmental crisis appeared starting from the century XIX, going by the Cartesian thought and approximating of a to think systemic. It also portrays the function of the Geography front to the proposed subjects, presenting the environmental perspectives, including the Medical Geography or of the Health. It still presents the importance of the perception of the atmosphere for the Geography.

Key-word: Geography; you know geographical; environment; perception.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1997. p. 11.
- BRASIL, MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Geografia 5ª a 8ª séries, Brasília/DF, 1998. p. 19.
- CAPRA, F. A. *Teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996. p. 41.
- _____. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- CARVALHO, A. P. A. *Meio ambiente e saúde no município de Salvador*. Tese de Doutorado. IGCE – UNESP. Rio Claro, 1997. p. 7.
- CASTELLS, Manuel. *A era informacional: economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra, 1998. p. 48.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999. p. 33-55.
- CUNHA, Sandra B.; GUERRA, A. J. T. *A questão ambiental – diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FERREIRA, B. W. *et al. Psicologia Pedagógica*. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 41.
- LAGOSTE, Yves. Liquidar a geografia, liquidar a idéia nacional. In: VESENTINI, J. W. (Org.). *Geografia e Ensino: Textos críticos*. Campinas: Papirus, 1989, p. 69.
- MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 48 a 169.
- MERLEAU, Ponty M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. (Org). *Geografia e questão ambiental*. In: AJARA, César. *A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 11.
- _____. In: MELLO, J. B. F. *A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso*. 1993, p. 32.
- MORAES, A. C. R. *Geografia – pequena história crítica*. 17. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 47.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita-repensar a reforma reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 51, 74, 144.

NOVAES, Washington. *A década do impasse – da Rio 92 a Rio + 10*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2002.

OLIVEIRA, Livia de. *Percepção ambiental e comportamento*. São Paulo: IPSIS gráfica e editora S/A, 1997.

PARAGUASSU, Chaves C. *A geografia médica ou da saúde: espaço e doença na Amazônia Ocidental*. Porto Velho: EDUFRO, 2001. p. 34.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 81.

_____. *Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento*. São Paulo: USP, 2000. In: *Conferência magna – I Seminário Nacional Saúde e Meio Ambiente no Processo de Desenvolvimento*, 12/07/2000. p. 174.

_____. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000. p.174.

TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TUAN, Y. F. *Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 6.

_____. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

VESENTINI, José W. *Geografia e ensino: textos críticos*. Papirus, 1989, p. 218.

VIACH, Vânia R. F. *Sociedade moderna, educação e ensino de geografia*. In: VEIGA, Ilma P. A.; CARDOSO, M. H. F. (Org). *Escola fundamental: currículo e ensino*. Campinas: Papirus, 1991, p. 179.